

UFMG  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MINAS GERAIS

programa  
rede  
cedes

SECRETARIA ESPECIAL DO  
ESPORTE

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA

 PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL



  
UTOPIKA  
EDITORIAL

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CENTRO MG DA REDE CEDES

Couto, Silva, Roque e Alves (Orgs.)

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CENTRO MG DA REDE CEDES

Ana Cláudia Porfírio Couto  
Luciano Pereira da Silva  
Camila Evelin Roque  
Glauce Teixeira Alves  
(Orgs.)

  
UTOPIKA  
EDITORIAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE ESPORTE E LAZER:  
CENTRO MG DA  
REDE CEDES**

**Organizadores:  
Ana Cláudia Portirio Couto  
Luciano Pereira da Silva  
Camila Evelin Roque  
Glauce Teixeira Alves**

**2019**





**Coordenador-Geral da CGLIS**  
**Clemente Miezniakowski**

**Diretor do DEGP**  
**Hélio da Costa Ferraz Neto**

**Diretor do DEDAP**  
**Angelo Roger Aroldo de França Costa**

**Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS**  
**Washington Stecanela Cerqueira**

**Secretário Especial do Esporte**  
**Décio dos Santos Brasil**

**Ministro da Cidadania**  
**Osmar Gasparini Terra**

**Presidente da República**  
**Jair Messias Bolsonaro**

**Universidade Federal de Minas Gerais**

**Sandra Regina Goulart Almeida**  
Reitora

**Alessandro Fernandes Moreira**  
Vice-Reitor

**Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

**Gustavo Pereira Côrtes**  
Diretor

**Lygia Pacini Lustosa**  
Vice-diretora

Prof.ª. Dra. Ana Cláudia Porfirio Couto – UFMG  
Coordenação Geral

Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva – UFMG  
Coordenação Adjunta

Conselho Editorial:

Prof.ª. Dra. Ana Cláudia Porfirio Couto  
Prof.ª. Dra. Christianne Luce Gomes  
Prof. Dr. Daniel Marangon Teixeira  
Prof.ª. Dra. Elisângela Chaves  
Prof.ª. Dra. Giselle Helena Tavares  
Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama  
Prof.ª. Dra. Kátia Lúcia Moreira Lemos  
Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva  
Prof. Dr. Sílvio Ricardo da Silva

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação  
UTOPIKA EDITORIAL

P699 Políticas Públicas de Esporte e Lazer: CENTRO MG da Rede CEDES / Ana Cláudia Porfirio Couto, Luciano Pereira da Silva, Camilla Evelyn Roque, Glauce Teixeira Alves. (orgs.). – Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2019.  
176p.: il.  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-95-67783-07-9  
1. Lazer. 2. Esporte. 3. Políticas Públicas. 4. Financiamento. I. Couto, Ana Cláudia Porfirio. II. SILVA, Luciano Pereira da. III. ROQUE, Camilla Evelyn. IV. ALVES, Glauce Teixeira.  
Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.  
CDU: 379.8

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO 11  
Leila Mirtes Magalhães Pinto

1. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER DA REDE CEDES DO ESTADO DE MINAS GERAIS 13  
Ana Cláudia Porfirio Couto e Luciano Pereira da Silva

2. O TEMPO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA VILA DA PAZ/PROGRAMA JUDICIAL PARA REMOÇÃO E REASSENTAMENTO HUMANIZADO DE FAMÍLIAS DO ANEL RODOVIÁRIO E BR-381 EM MINAS GERAIS 21  
Paula Ângela de Figueiredo Paula

3. A DANÇA NOS PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE: TRAJETÓRIA DE PESQUISA 39  
Elisângela Chaves e Natália de Oliveira Silva

4. FINANCIAMENTO DE PESQUISAS SOBRE ESPORTE E LAZER NO BRASIL E EM MINAS GERAIS: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES 55  
Giselle Helena Tavares, Maria Clara Elias Polo e Letícia Ramos Rodrigues

5. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E DO ESTUDO SOBRE O FUTEBOL 1980 – 2016 73  
Adriano Lopes de Souza, Alexandre Francisco Alves, Felipe Vinícius de Paula Abrantes, Indiamara Bárbara da Silva, Luiz Gustavo Nicácio, Marina de Mattos Dantas, Priscila Augusta Ferreira Campos, Thiago José Silva Santana e Sílvio Ricardo da Silva

6. PESQUISANDO AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO: UMA TEMÁTICA DE LAZER SAÚDE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 97  
Pedro Augusto Resende Amorim, Kátia Lúcia Moreira Lemos e Ana Cláudia Porfirio Couto

7. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER:  
LIMITES E POSSIBILIDADES NOS PAÍSES DA COMUNIDADE ANDINA 109  
Christiane Luce Gomes, Luciana Noya e Ivri Cordeiro

8. A CONSTRUÇÃO DE SABER DOS GESTORES DO  
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE 129

Hélder Ferreira Isayama, Marcília de Sousa Silva, André Henrique Capi,  
Luciene de Alencar das Dores e Rita Maria Peloso Grassó

9. ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER:  
O CASO DE BELO HORIZONTE/MG 147

Luciano Pereira da Silva, Brista de Assis Pereira,  
Ludmila Miranda Sartori e Natascha Stephanie Nunes Abade

10. BOLSISTAS DO CENTRO DE MINAS GERAIS:  
A EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA DE CINCO ESTUDANTES 169  
Gabrielle Alvares Silva, Ana Carolina Alves de Oliveira,  
Frederico Prado da Silveira, Camilla Evelin Roque e Glauce Teixeira Alves

## PREFÁCIO

É com imensa alegria que prefácio esta obra organizada pela Profa. Dra. Ana Cláudia Portfírio Couto e pelo Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva – Coordenadora e Coordenador Adjunto do Centro de Pesquisas da Rede CEDES em Minas Gerais –, além das bolsistas Camilla Evelin Roque e Glauce Teixeira Alves. Centro sediado na Universidade Federal de Minas Gerais e que conta com a parceria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade Federal de Uberlândia.

O livro “Políticas públicas de esporte e lazer: Centro MG da Rede CEDES” compartilha os resultados das pesquisas que foram desenvolvidas no período de estruturação e implantação do Centro de MG (2016-2019) pelos seus Grupos de Estudos parceiros. A obra expressa os princípios mais caros e objetivos da Rede CEDES que, em síntese, se comprometem com a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer do País.

As pesquisas aqui socializadas revelam uma ampla abrangência de investigação, reunindo desde estudos de Programas de Esporte e Lazer criados por vários Ministérios do Governo Federal e executados em nossos municípios; e temas da gestão de políticas públicas de esporte e lazer, especialmente relacionados às questões de orçamento municipal e políticas públicas de países de pesquisas; assim como a questões inerentes às políticas públicas de países andinos; e ao futebol: esporte mais popular no Brasil, com maior número de praticantes e espectadores.

O livro é, assim, uma produção coletiva que aborda considerável parte do universo de tópicos das linhas de pesquisa apoiadas pela Rede CEDES, tais como: a Linha 4: Grupos com necessidades específicas; Linha 5: Observatório do esporte e da atividade física; Linha 6: Gestão do esporte e lazer; Linha 7: Avaliação de políticas, programas e projetos sociais de esporte e lazer.

Com isso, este livro se traduz em uma significativa contribuição aos processos de reelaboração conceitual e análise de experiências de políticas públicas de esporte e lazer, atendendo ao objetivo a que se propôs, ou seja, contribuir com a formação de pessoas para atuação com as políticas públicas de esporte e lazer.

# CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER DA REDE CEDES DO ESTADO DE MINAS GERAIS<sup>1</sup>

1.

Ana Cláudia Portfrio Couto  
Luciano Pereira da Silva

## Introdução

A Rede CEDES é uma ação idealizada pelo extinto Ministério do Esporte que teve início em 2003 como ação programática voltada para o fomento de pesquisas que subsidiassem o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer. O propósito foi congregar esforços junto a instituições e estabelecer centros de estudos e pesquisas de modo a produzir material técnico e científico. No âmbito da gestão pública, a responsabilidade pelo desenvolvimento desta ação esteve no Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/DEDAF, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/SNELIS.

Após sua criação, a Rede CEDES passou por momentos de expansão e de retração, com o lançamento de alguns editais públicos, mas sem a garantia da continuidade desta política e com alcance limitado, se observada a grande extensão territorial de nosso país. No ano de 2015, a Rede passou por um importante reordenamento: por meio de novo chamamento público, houve a convocação para que as instituições de ensino superior constituíssem centros de pesquisa em esporte e lazer, de modo que a Rede CEDES fosse ampliada e constituída por meio de núcleos que, então, estariam presentes em todos os estados e no Distrito Federal.

<sup>1</sup> Texto escrito tendo como base estruturante o projeto apresentado ao extinto Ministério do Esporte em Agosto de 2015 para o edital: Chamamento Público nº 1/2015/EM/SNELIS/REDE CEDES.

Para isso, as discussões socializadas analisam princípios estruturantes das políticas de esporte e lazer postos em ação, buscando maior compreensão do potencial que tem o esporte e o lazer, bem como dos obstáculos que enfrentam no sentido da promoção do desenvolvimento humano e desenvolvimento social.

Estes estudos contribuem, especialmente, com a formação de sujeitos de todas as idades, despertando-os para a compreensão da sua própria realidade e transformação de ideias, desejos da própria vida e de suas vidas em comunidade por meio de ações voltadas à qualidade de vida pela vivência do esporte e do lazer como direitos sociais conquistados.

Isto é importante, pois, assim como cabe ao Governo Federal atuar sobre a realidade social para a garantia dos direitos sociais – dentre eles o esporte e o lazer –, cabe a Rede CEDES produzir e difundir conhecimentos sobre as realidades das políticas públicas no País, conceitos, questões fundamentais fundamentos das ações promovidas; cabe também à população apropriar das ações realizadas pelos Programas e Projetos.

Final, o Brasil chegou ao terceiro milênio e a trinta anos de promulgação da sua Carta Magna (1988) sendo ainda desafiado pelas necessidades básicas de muitos dos seus cidadãos e, entre elas, as relacionadas ao acesso ao esporte e ao lazer como bens fundamentais que ainda são necessários a grande contingente de excluídos.

Esta tarefa cabe a todos: gestores e outros agentes das políticas públicas, bem como educadores e pesquisadores que receberam como legado a missão de realizar no presente ações que possam fomentar futuro mais promissor para toda população.

Nesse sentido, as investigações socializadas neste livro têm grande potencial para nos ajudar a prolongar o olhar sobre nossa realidade, sobre a identidade dos sujeitos que participaram de nossos programas e projetos, sobre sentidos e ressignificações do lazer em vários contextos, compondo um dossiê de reflexões teóricas, éticas e políticas sobre práticas vividas e suas diferentes dimensões.

É o entrelaçamento das questões aqui tratadas nos convida ao diálogo e à participação na agenda nacional de esporte e lazer, o que implica na interação destes dois setores com vários outros e diferentes mecanismos das políticas públicas.

*Leila Mirtes Magalhães Pinto*

## **PESQUISANDO AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO: UMA TEMÁTICA DE LAZER SAUDE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS<sup>1</sup>**

**6.**

Pedro Augusto Resende Amorim  
Kátia Lúcia Moreira Lemos  
Ana Cláudia Portirio Couto

**Entendendo os direitos humanos e a política pública das Academias a Céu Aberto**

De acordo com documentos legais, o lazer, assim como a saúde, é um direito social previsto na Constituição Brasileira e em textos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) e da Organização Mundial de Saúde (OMS). Na Lei n. 80801 (Brasil, 1990), título 1, art. 3, o lazer é citado como um dos componentes determinantes da saúde da população. Nesse sentido, torna-se importante aprofundar nesta temática, tendo em vista políticas públicas que garantem o direito ao lazer.

Antes de entender o lazer como política pública, é importante definir a concepção de política aqui norteadora. De acordo com Rua (2014), a política surge como o “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. Nesta perspectiva, a política está presente em nossas vidas cotidianamente e se relaciona com a necessidade de convivência de diversos interesses que tentam ser solucionados de forma pacífica.

<sup>1</sup> Pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos de Sociologia, Pedagogia do Esporte e Lazer (GESPEL), EHEFTO-UFMG.



Esta pesquisa será de caráter qualitativo e, segundo Gomes e Amaral (2005, p.54), “a realidade não poderia estar separada da subjetividade, nem dos sujeitos pesquisados, nem do próprio pesquisador”. Desta maneira, esta abordagem permitirá obter um maior detalhe do objeto a ser pesquisado.

A amostra da pesquisa será definida por uma investigação aleatória que consistirá em selecionar uma maior diversidade de frequentadores nas Academias a Céu Aberto de toda a cidade de Belo Horizonte, buscando investigar todas as regionais, independente de faixa etária e de sexo. Contando com a inviabilidade de realizar um cálculo amostral significativo devido ao fato de que não há evidências do número de frequentadores das academias, foi feita uma padronização para coleta de dados com o intuito de dar um caráter confiável à pesquisa. A coleta de dados foi feita em 15% do número total de academias de cada regional da cidade de Belo Horizonte. As regionais foram visitadas em ordem alfabética e as academias de cada regional foram visitadas na ordem em que elas apareciam no documento oficial da Prefeitura que as lista. Este procedimento foi feito para que se evitasse disparidades de influência no resultado pelas regionais.

O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado proposto por Abade (2016) e foi aplicado pelos pesquisadores. No momento da aplicação, as respostas dos voluntários foram anotadas bem como as observações que eles mencionaram a respeito das perguntas do instrumento. Este instrumento implica em técnica de observação direta pelo fato de estabelecer contato efetivo com as pessoas implicadas no problema investigado (GOMES; AMARAL, 2005, p.79). Os sujeitos deveriam ser vistos pelos pesquisadores utilizando os equipamentos para serem considerados frequentadores. Após a abordagem pelo pesquisador, os voluntários eram informados sobre a pesquisa e convidados a participar. Mediante a aceitação, os voluntários tiveram que assinar um termo de consentimento. Os questionários foram aplicados por um período de 90 dias, no horário da manhã de 6h às 9h30, apenas em dias úteis, tornando-se o cuidado para não inquirir a mesma pessoa mais de uma vez. Desta forma, a amostra foi determinada pelo tempo de investigação, o número de academias visitadas e o número de questionários coletados.

Para a análise dos resultados, foi utilizado o *software Statistical Package for Social Science (SPSS)* que consiste em uma análise estatística de dados nas ciências sociais. As informações coletadas foram categorizadas e definidas por esse modelo de análise a partir do estabelecimento da contagem de frequência, ordenação de dados e reorganização da informação.

Considerar o lazer como direito social não é apenas uma questão legislativa, uma vez que implica em demandas para o seu reconhecimento não somente para o Estado, mas também para os sujeitos. Com isso, compartilhamos com Sousa *et al* (2011, p.28), quando afirmam que, para considerar o lazer como direito social é necessário que os sujeitos compreendam o significado das políticas públicas que abrangem este meio, pois: “Tornar-se um sujeito de direito é ter consciência da importância destes fenômenos na vida de cada um e também da coletividade, de modo a reivindicá-los como se faz em relação à educação, saúde, moradia, segurança, dentre outros”.

Pensar o lazer desta maneira é colocá-lo como questão primordial na constituição de uma política, não sendo somente vinculado a diversas demandas sociais garantidas por leis. Desta maneira, “é a partir de uma definição de lazer que podemos pensar no conteúdo de uma política de lazer, em seus princípios e diretrizes e nos modos de efetivá-lo como direito de todos (SANTOS; AMARAL, 2010, p.6)”.

Nesta perspectiva, a Prefeitura de Belo Horizonte, Minas Gerais, promove uma política pública que propõe equipar diferentes espaços da cidade com equipamentos voltados para o desenvolvimento do lazer e esporte, conforme o Plano Estratégico do Governo: Projeto sustentador Esporte e Lazer. Intitulado como Academia a Céu Aberto, este programa, que foi lançado em 2009 vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, está inserido em praças e parques da capital, contando com 326 academias instaladas nas nove regionais da cidade até a presente data (BELO HORIZONTE, 2013).

Em Belo Horizonte, o discurso vinculado ao Programa Academia a Céu Aberto consiste em universalizar o acesso ao esporte e ao lazer através do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas que garantam a participação de todos e promovam a qualidade de vida urbana, contribuindo para a consolidação de ambientes sociais saudáveis, educativos e seguros. Desta maneira, a partir deste panorama, a pergunta de partida deste estudo se organiza na intenção de saber em que medida a política pública das Academias a Céu Aberto contribuem para o lazer e saúde dos seus frequentadores. Assim, o objetivo da pesquisa consiste em analisar a política pública das Academias a Céu Aberto, considerando o que pensam seus frequentadores sobre o seu papel no seu lazer e na sua saúde. Deste modo, os objetivos específicos do estudo são: Identificar e analisar: (1) o que pensam os frequentadores acerca de lazer e saúde diante do uso das academias; (2) qual a motivação dos frequentadores para utilização das academias.

Observando os resultados a partir da pesquisa de campo foram visitadas 48 Academias a Ceu Aberto espalhadas pelas nove regionais da cidade de Belo Horizonte, totalizando 376 questionários aplicados em indivíduos de ambos os sexos, a partir de 18 anos, onde 1 pessoa não informou a faixa etária, 3 pessoas não informaram o sexo e 44,1% responderam ter acima de 60 anos, como pode ser visto na Figura 1.

Tabela 1 – Faixa Etária x Sexo

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	NÃO INFORMADO	TOTAL
Não informado	1	0	0	1
18-29	11	2	0	13
30-39	25	9	1	35
40-49	45	16	1	62
50-59	79	20	0	99
Acima de 60	105	60	1	166
<b>TOTAL</b>	<b>266</b>	<b>107</b>	<b>3</b>	<b>376</b>

Fonte: Elaboração Própria

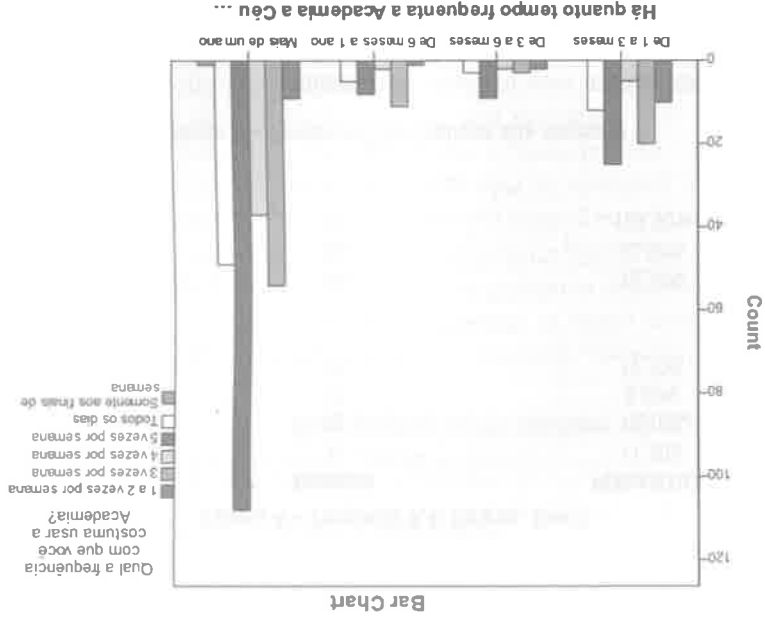
A partir do total de entrevistados, 68,6% relataram frequentar as Academias por mais de um ano e a maioria relatou utilizar os equipamentos por aproximadamente 30 minutos o que representou um total de 28,7%, superando as porcentagens de 25% dos que responderam aproximadamente 60 minutos e 19,1% que responderam aproximadamente 40 minutos (veja Figura 2). Em relação à frequência semanal, o maior número de respostas foi para 5 vezes na semana, representando 39,9% do total de respostas. Os resultados podem ser vistos no Gráfico 1.

Tabela 2 – Há quanto tempo frequente x Média de permanência

HÁ QUANTO TEMPO FREQUENTA A CÉU ABERTO?	ATÉ 20 MINUTOS	30 MINUTOS	40 MINUTOS	60 ACIMA DE 1 HORA	TOTAL
DE 1 A 3 MESES	14	21	14	17	66
DE 3 A 6 MESES	4	7	4	4	19
DE 6 MESES A 1 ANO	3	10	5	8	27
MAIS DE UM ANO	44	70	49	65	258
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>	<b>108</b>	<b>72</b>	<b>94</b>	<b>376</b>

Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 1 – Frequência semanal x Há quanto tempo utiliza



Fonte: Statistical Package for Social Science 19 for Windows (SPSS)

Por fim, quando deparados com a Pergunta 10 – “Para você, qual a finalidade da academia?”, 58,6% das respostas indicaram que é voltada para a melhoria da saúde dos frequentadores, 22,5% para o lazer dos frequentadores e 18,9% para a sociabilidade dos frequentadores (veja Figura 6). É importante notar que, para as questões citadas acima, o sujeito poderia marcar mais de uma resposta.

Tabela 6 – Pergunta 10: Finalidade da Academia

PERCENTUAL	NÚMERO	TOTAL
58,6%	325	MELHORIA DA SAÚDE DOS FREQUENTADORES
18,9%	105	SOCIABILIDADE DOS FREQUENTADORES
22,5%	125	LAZER DOS FREQUENTADORES
100,0%	555	TOTAL

Fonte: Elaboração Própria.

Problematização dos resultados em um contexto social

Na literatura, encontram-se vários estudos que apontam que as práticas de lazer, assim como as desportivas, são constitutivas de estilos de vida, determinados pelas condições de classe e perfis demográficos (MARIVOET, 1998, 2001, 2002, 2005, 2016; STIGGER, 2002). Nesta perspectiva, a Academia Ceu Aberto é uma política pública de lazer com a finalidade de proporcionar a melhor qualidade de vida a partir de práticas relacionadas à melhoria da saúde como, por exemplo, a atividade física. Fica claro, por meio dos resultados, que a maioria dos voluntários percebem e fazem uso deste equipamento público para melhoria da saúde. No entanto, também fica claro que os frequentadores entrevistados percebem e utilizam as academias também para práticas de lazer. Quando observamos na Figura 6 que 41,4% das respostas apontaram sociabilidade e lazer como finalidade das academias, é possível perceber que os próprios frequentadores entendem uma relação de estilo de vida com práticas de lazer e utilizam os equipamentos não somente para melhoria da saúde, como é o objetivo proposto pelos gestores públicos, mas também os transformam como constituinte do lazer.

Em relação às perguntas que problematizam o objetivo desse estudo de forma direta, a Pergunta 9 – “Por que você frequenta a academia?”, recebeu 355 respostas citando a saúde como motivo e 77 citaram lazer especificamente. Das 55 respostas que marcaram “Outros” (Pergunta 9.4 – “Outros, Qual?”), a maioria citou ‘preferência por céu aberto’ como motivação. As figuras 3 e 4 mostram os resultados. Quando solicitados a explicar as respostas da pergunta anterior (Pergunta 9.5 – “Explique sua resposta”), 57% respondeu ser por interesse pessoal e 32,4% responderam ser por indicação médica, como é ser mostrado na Figura 5.

Tabela 3 – Pergunta 9: Porque você frequenta a academia?

PERCENTUAL	NÚMERO	TOTAL
72,90%	355	MELHORIA DA SAÚDE
15,80%	77	LAZER
11,30%	55	OUTRO
100%	487	TOTAL

Tabela 4 – Pergunta 9.4: Outros, Qual?

PERCENTUAL	NÚMERO	TOTAL
11,30%	8	FINANCEIRO
14,10%	10	ATIVIDADE FÍSICA
8,50%	6	ESTÉTICA
12,70%	9	PRATICIDADE (TEMPO LIVRE, PROXIMIDADE DE CASA)
19,70%	14	PREFERIR CÉU ABERTO
33,80%	24	OUTROS
100,00%	71	TOTAL

Tabela 5 – Pergunta 9.5: Explique sua resposta

PERCENTUAL	NÚMERO	TOTAL
11,30%	122	INDICAÇÃO MÉDICA
216	216	INTERESSE PESSOAL
38	38	OUTROS
100,00%	376	TOTAL

Fonte das tabelas 3, 4 e 5: Elaboração Própria.

Assim, percebemos o lazer sendo colocado como um meio de construção de uma política pública e não um objeto. Munhoz (2008, p.62) mostra que as ações relacionadas ao lazer oferecidas pelo poder público podem ter duas origens: a primeira se refere a promoção de atividades de lazer à população, e a segunda, estabelece as ações realizadas que não possuem o objetivo prioritário de ofertar o lazer, mas que acabam criando condições para a sua vivência.

De acordo com Peres e Melo (2009), podemos identificar ao menos dois cenários que estruturam a elaboração das políticas de promoção da saúde relacionadas ao lazer. “No primeiro, as ações estão focadas em mudanças de hábitos, isto é, objetivam promover o que se convencionou a chamar de “estilos de vida saudáveis” (p.67). Estas práticas estão voltadas ao enfoque fisiológico e psicológico muitas vezes construído pela mídia atual no qual busca-se a forma do corpo perfeito, sendo estes corpos esbeltos e fortes. “No segundo cenário, o objeto é menos a dimensão “estilos de vida saudáveis” e mais o desenvolvimento de valores e de normas com caráter “disciplinador”, formador (PERES, MELO, 2009, p.67). Sendo assim, um meio para manter o *status* ou transformar a realidade social.

Neste enfoque é interessante observar que, muitas vezes, o pesquisador relatou no diário de campo da coleta de dados que o próprio voluntário, ao responder que sua motivação para utilizar a academia é a saúde, relatava que aproveitava a situação para práticas do lazer, como mostra esta fala de um voluntário registrada no diário de campo: “O principal é a saúde, mas a gente vem mesmo porque é bom para relaxar, espalhar, conhecer pessoas diferentes. Se não fosse bom assim, a gente não vinha.” As principais respostas que compuseram a opção “Outro” da Pergunta 9.4 (Por que você frequenta a academia: Outros, qual?) foram: “antiestresse”, “convivência com outras pessoas”, “socialização”, “liberdade de fazer do meu tempo livre o que eu quero”, “encontro”, “conversa”, “interação”, “estética”, “perder peso”, “manter a forma”, “tomar sol”, “bem-estar”. A partir destas respostas, é possível perceber, mais uma vez, que existe uma forte influência da necessidade da prática do lazer no que se diz respeito a motivação dos sujeitos do estudo a frequentarem as academias, representando uma prática de resistência. Isto também pode ser sustentado pelo fato de que, a maioria dos voluntários apontou fazer uso dos equipamentos por interesse pessoal, o que é uma das características da prática do lazer.

Mudando de perspectiva, observa-se através dos resultados que a amostra foi caracterizada por uma maioria de frequentadores acima de 60 anos, o que dialoga com um grande número de respostas da Pergunta 9.4 e 9.5 (“Por

que você frequenta a academia: Outros, qual?” e “Explique sua resposta” respectivamente) que citou o termo “Terceira Idade” como motivo de frequentar a academia. As respostas relacionadas a necessidade da terceira idade de fazer atividade física para melhoria da saúde e para continuar a poder fazer o que gosta. A seguinte resposta de um dos voluntários exemplifica a questão: “Sempre gostei de praticar esporte. Chega em uma idade que não consegue mais tal esporte, aí faço tudo por aqui.” Os resultados também mostram que, a maioria dos entrevistados são usuários assíduos, frequentando a academia em torno de cinco vezes na semana, por mais de um ano.

Estes resultados em conjunto configuram uma prática de resistência no processo de crescimento e envelhecimento pela parte dos frequentadores por meio das práticas do lazer. Entende-se que este fato representa um contexto cultural onde os frequentadores da Academia a Cêu Aberto, que é uma política pública com finalidade de melhorar a qualidade de vida da população, fazem uso desse recurso para suprirem suas necessidades de prática do lazer, assim como buscam a melhoria da saúde e qualidade de vida.

#### **Infêrências para um contexto real da implementação e utilização das Academias a Cêu Aberto**

A partir dos resultados, pode-se concluir que os frequentadores entendem as academias não só como um fator contribuinte, mas também como um constituinte da saúde e do lazer não somente de si próprios, mas também da população e que apoia este tipo de incentivo público. Além disso, pode-se afirmar que os principais motivos para utilização das academias são a melhoria da saúde e a prática do lazer, seja como prática de resistência no processo de envelhecimento ou como prática genuína do lazer. Desta forma, percebe-se a aproximação entre lazer e saúde na constituição da melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, entretanzando a importância da gestão de políticas públicas vinculadas ao lazer e à saúde, garantindo-se, assim, os direitos do cidadão.

- ABADE, N. *As Academias a Céu Aberto em Belo Horizonte: interfaces entre lazer e saúde*. 2016. 140p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Terapia Ocupacional, Belo Horizonte.
- BELO HORIZONTE (MG). *Fcp – Comunidade*. Belo Horizonte: [s.n.], 2013. Disponível em: < <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbhp/cepci/comunidade.do?app=esportes> >. Acesso em: 27 maio 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 set. 1990.
- GOMES, C.; AMARAL, M. *Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer*. Brasília: SES/DN, 2005. p. 79.
- MARIVÓET, S. Tempos e espaços de realização humana no contexto das novas necessidades sociais. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. XVI, n. 81, p. 8-11, 1998.
- MARIVÓET, S. Assimetrias na participação desportiva: os casos de Portugal e Espanha no contexto Europeu. *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 53-70, maio/ago. 2001.
- MARIVÓET, S. *Aspectos Sociológicos do Desporto (2)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- MARIVÓET, S. Práticas Desportivas nos estilos de vida dos Europeus: obstáculos e tendências; In: GOMES, R. (Org.) *Os Lugares do Lazer*. Lisboa: IDP, 2005. p. 39-51.
- MARIVÓET, S. Ética do Desporto-Princípios, Práticas e Conflitos: Análise sociológica do caso português durante o Estado Democrático do século XX. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2016.
- MUNHOZ, V. O lazer como direito social na prefeitura de Belo Horizonte. In.: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. (Orgs.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 62.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração dos Direitos Universais do Homem*. Genebra: ONU, 1948.
- PERES, F.; MELO, V. Encontros e Desencontros: lazer, promoção da saúde e espaços públicos. In: RUA, M. G. *Políticas públicas*. 3ª edição. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES; UAB, 2014
- SANTOS, F.; AMARAL, S. Sobre Lazer e Políticas Sociais: Questões Teóricas conceituais. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 6-13, set/dez 2010.
- SOUSA, E. *et al*. Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte. Belo Horizonte: *Gráfica e Editora Ideal*, 2011. p. 28.
- STIGGER, M. *Esporte, lazer e estilos de vida um estudo etnográfico*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

## MINI CURRÍCULOS DOS AUTORES:

**Pedro Augusto Resende Amorim**

Bacharel em Educação Física e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Esporte da UFMG. Preparador Físico e Técnico da equipe principal de Ginástica Aeróbica da UFMG. Preparador Físico de Ginástica Artística e de Trampolim do Minas Tênis Clube. Tem experiência na área de Treinamento Esportivo com ênfase em Preparação Física, Biomecânica e Monitoramento da Carga de treinamento. Diretor Artístico da escola de Forró Pé Descalço.

E-mail: [pet.edfisufmg@gmail.com](mailto:pet.edfisufmg@gmail.com)

Endereço: Av. Dr. João Augusto Fonseca e Silva, 336/502, Novo Eldorado, Contagem/MG – CEP 32341-100.

**Ana Cláudia Porfírio Couto**

Professora Associada III na Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Doutora em Ciência do Desporto – Universidade do Porto/Portugal; Pós-Doutorado em Sociologia do Esporte e Lazer na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia/Portugal. Professora credenciada no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em estudos do Lazer da EFFTU – UFMG. Coordenadora do Grupo de Estudos em Sociologia Pedagogia do Esporte e Lazer – GESPEL.

E-mail: [acpcouto@gmail.com](mailto:acpcouto@gmail.com)

**Kátia Lúcia Moreira Lemos**  
Professora Associada II da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Doutora em Ciência do Desporto – Universidade do Porto/Portugal; Professora credenciada no Programa de Mestrado em Rede (PROEF) Profissional em Educação Física Escolar. Subcoordenadora do Grupo de Estudos em Sociologia Pedagogia do Esporte e Lazer – GESPEL (2008 a 2018).

E-mail: [katalemos@hotmail.com](mailto:katalemos@hotmail.com)

## 8. A CONSTRUÇÃO DE SABER DOS GESTORES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE<sup>1</sup>

Hélder Ferreira Isayama  
Márcia de Sousa Silva  
André Henrique Capi  
Lucilene de Alencar das Doreis  
Rita Maria Peloso Grasso

### Introdução

A construção de saber é uma temática presente nos estudos do campo da Educação desde a década de 1980, que é quando se inicia a discussão sobre os saberes docentes no cenário internacional. Naquela momento, ainda que as indagações transitassem nas especificidades da formação do professor, o reconhecimento da existência de saberes para além do universo científico tornou visível os processos de apropriação de conhecimentos providos da prática profissional e da vida cotidiana. A partir deste reconhecimento, outros campos de investigação tomaram a construção do saber como objeto de estudo no desenvolvimento de suas pesquisas. No Brasil, esta temática intensifica-se na década de 1990 por meio das influências de estudos internacionais. Tardif (2002), cuja produção impactou nos estudos brasileiros, afirma que os saberes são frutos de conhecimentos científicos presentes nos currículos de instituições de ensino e resultam, também, de conhecimentos técnicos e de saberes da ação, como aqueles adquiridos na experiência profissional.

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Rede Cedes do Ministério da Cidadania, integrante do Núcleo de Minas Gerais da Rede. No período inicial da pesquisa, incluindo na coleta de dados contamos com a participação dos seguintes pesquisadores voluntários: Profa. Dra. Juliana Vianna, Prof. Fabiano Antônio Sena e os acadêmicos bolsistas Camilla Cortes. Na transcrição das entrevistas, contamos com o apoio do acadêmico Nicolas Vinícius Sant'Ana.

Assim, buscamos compreender como os gestores constroem os saberes necessários à sua atuação no programa social, considerando seus processos formativos e os significados atribuídos a essas experiências. A partir dessas reflexões, temos o interesse em ampliar e fortalecer o debate sobre a atuação profissional no âmbito das políticas públicas e sobre os saberes necessários à gestão de programas de esporte e lazer. Embora alguns estudos abordem os saberes e a formação de professores e agentes sociais, existem lacunas no trato dessa temática relacionada aos gestores de programas sociais.

### O Programa Esporte e Lazer da Cidade e seus gestores

O Ministério do Esporte (ME), criado em 2003, tinha a missão de formular e implementar políticas públicas de esporte e lazer como direito de todo cidadão brasileiro. Ao longo de uma década<sup>3</sup>, o ME sofreu reformulações estruturais e as demandas de esporte e lazer foram agrupadas numa secretaria denominada Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS). Assim, por meio desta secretaria, a SNEELIS, foi criado o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), a princípio como projeto-piloto, isto em 2003 e, depois, como componente do Plano Plurianual 2004-2007. Em tempos atuais, com a extinção do Ministério do Esporte, a SNEELIS vinculou-se ao Ministério da Cidadania por meio da Secretaria Especial do Esporte.

O PELC surgiu no cenário das políticas públicas com o propósito de suprir a carência de ações de esporte e lazer no atendimento das demandas crescentes da população brasileira. Desde sua criação, o foco do PELC são as populações em situação de vulnerabilidade social e econômica que reforça condições de injustiças e exclusões a que são submetidas (BRASIL, 2004). Considerando o intuito de garantir o acesso da população brasileira às ações contínuas de esporte e lazer, o PELC visa abarcar uma diversidade de atividades e estimular suas práticas. As ações educativas desenvolvidas nos núcleos são constituídas de oficinas culturais esportivas, artísticas, bibliotecas, salas de leituras, projeções e debates de filmes e eventos das mais diversas

Tardif e Raymond (2000) propõe uma tipologia para classificar os saberes dos professores<sup>2</sup> com o objetivo de impedir a compreensão dividida e compartilhada destes saberes, seja como categoria disciplinares ou cognitivas. Esta proposta procura contemplar o pluralismo do saber profissional e, para isto, relaciona o saber com diversas situações, classificadas como fontes sociais de aquisição (lugares de atuação dos professores, as organizações que os formam e/ou trabalham, os instrumentos de trabalho e a sua experiência no trabalho) e os seus modos de integração no trabalho docente ao longo da sua trajetória como profissionais.

Assim, o estudo de Tardif; Raymond (2000) classifica os saberes em cinco tipos: (1) pessoais dos professores, adquiridos na família, no ambiente de vida, pela educação no sentido lato e integrado no trabalho docente pela história de vida e pela socialização primária; (2) provenientes da formação escolar anterior, adquiridos na escola primária e secundária e nos estudos pós-secundários não especializados e integrados pela formação e pela socialização pré-profissional; (3) provenientes da formação profissional para o magistério, adquiridos nos estabelecimentos de formação de professores, nos estágios, nos cursos de reciclagem e integrados pela formação e pela socialização profissionais nas instituições de formação de professores; (4) provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho, adquiridos na utilização das ferramentas dos professores: programas, livros didáticos, cadernos de exercício, fichas, e integrados pela utilização de ferramentas de trabalho e sua adaptação às tarefas e (5) provenientes de sua própria experiência na profissão, adquiridos na prática do ofício na escola e na sala de aula e integrados pela prática do trabalho e pela socialização profissional.

Ancorados nesta perspectiva, problematizamos os saberes dos gestores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) entendendo que estes são constituídos na formação inicial dos sujeitos e, também, configurados na dimensão da realidade social e cultural. Neste sentido, concebemos o saber constituído na relação do sujeito com seus processos formativos iniciais, com a atuação profissional e seus contextos de vida. Corroboramos com Tardif (2002) que o saber está relacionado aos elementos constitutivos do trabalho, ou seja, às pessoas e suas identidades, sua experiência de vida e sua história profissional e às relações entre os outros sujeitos que compõem o contexto profissional.

<sup>2</sup> Os autores discutem, especificamente, a construção de saberes dos professores, mas o estudo pode contribuir para pensar os saberes de profissionais que atuam em diversos campos, incluindo os gestores que cuja intervenção se dá no âmbito dos projetos sociais de esporte e lazer.

<sup>3</sup> Em 2011, o Ministério do Esporte passou por reformulação em seu organograma e constituiu-se pelas seguintes secretarias: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor e Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Esta responsável pela implantação de diretrizes relativas dos programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social.

a relevância de compreender os saberes que são mobilizados para a atuação no PBLC.

### Metodologia

A investigação qualitativa constituiu-se da combinação de pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica constituiu todas as etapas deste estudo e foi norteada pelos termos saberes, gestão, políticas de esporte e lazer. O levantamento bibliográfico foi realizado no acervo bibliográfico do grupo de pesquisa Orícole (Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer), nos sistemas de biblioteca digital e no Sistema de Bibliotecas da UFMG, nos sites de busca acadêmica e no Portal de Periódicos CAPES, isto com o objetivo de traçar a moldura na qual o objeto se situa e o marco teórico sustentador das ideias e pressupostos. A apropriação dos referenciais teóricos possibilitou estabelecer categorias analíticas para o conhecimento do objeto estudado.

A pesquisa de campo foi realizada por meio do emprego da técnica da entrevista semiestruturada realizada *online*. As entrevistas ocorreram, via vídeo chamada de *WhatsApp*, de maneira síncrona – quando a pesquisa ocorre em tempo real na *internet* em salas de bate-papo ou utilizando ferramentais de comunicação instantânea. A conversação foi registrada por meio de gravações do áudio. As entrevistas foram transcritas, num primeiro momento, conforme as falas no esforço de passar a linguagem oral para a escrita, depois foram feitas as correções ortográficas e de sintaxe, sem substituição termos usados.

Para selecionar os sujeitos participantes da pesquisa, inicialmente, entramos em contato com o Ministério do Esporte e solicitamos a lista de convênios vigentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade. A escolha foi por focular os convênios firmados na região sudeste brasileira, tendo em vista que a definição inicial era realizar entrevistas presenciais. No momento da coleta de dados, foram identificados 31 municípios da região escolhida que realizavam convênios com o Ministério do Esporte para desenvolver o PBLC. Enviamos um convite aos convênios identificados e obtivemos o retorno para a realização das entrevistas de 9 municípios. Para organizar a realização das entrevistas, entramos em contato com todos os gestores indicados enviando uma mensagem individual por *e-mail*.

Cada município indicou o profissional vinculado ao projeto que nos concedeu a entrevista e, desta forma, foram entrevistados 3 coordenadores pedagógicos, 4 coordenadores geral e 2 coordenadores de núcleo, totalizando

previstos no atual edital do programa:

(1) Implantação e Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer nas diversas regiões do Brasil com o objetivo de garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte em sua dimensão recreativa para as diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência.

(2) Formação Continuada – ação educativa continuada de gestores, agentes sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública com vistas à formação e à implementação de políticas de lazer e de inclusão social e cultural.

As diretrizes norteadoras do PBLC abarcam o fomento ao estudo e à sistematização de conhecimentos teórico-práticos; a documentação, formação e difusão de conhecimentos científicos; a formulação, desenvolvimento e avaliação de ações educativas e a consolidação de redes nacionais de atendimento.

A partir de seus pilares estruturantes, os agentes sociais têm o desafio de promover articulação coletiva para aproximar os anseios da comunidade e a cultura local. Vieira *et al* (2011) afirmam que o PBLC propõe a construção de uma política de Estado que considere o lazer e o esporte de participação como direitos sociais, tratando-os como possuidores de conteúdos próprios e amplos e como elementos de cidadania. No entanto, os autores ponderam que não há prioridades governamentais para tornar o esporte e o lazer como objetos de política de Estado. Para tal, os autores revelam a necessidade de:

Desenvolvimento de uma governabilidade que permita maior visibilidade e introdução das temáticas lazer e esporte de participação na agenda política brasileira. É fundamental, ainda, que se busque maior amplitude do programa, o que pode ser facilitado pelo aprimoramento da governança local por meio de suas propostas de formação continuada (VIEIRA *et al*, 2011, p.68).

Por meio do estudo desenvolvido por Vieira *et al* (2011) podemos identificar que, ainda que a formação norteie o desenvolvimento do programa social, poucos estudos se debruçam sobre os saberes dos sujeitos que assumem relevante função na gestão local. Estes sujeitos atuam na gestão do PBLC assumindo funções de coordenadores (geral, pedagógicos, setoriais e de núcleos) que estão descritas nas diretrizes do PBLC, além dos perfis profissionais necessários para a contratação dos gestores. Neste contexto, destacamos



9 entrevistas realizadas. A escolha destes sujeitos se deu porque compreendemos no processo de pesquisa que esses profissionais exerciam a função de gestor do programa no município.

No universo de gestores entrevistados, tivemos a participação de três mulheres e de seis homens, que atuam na coordenação do PBLC da região sudeste. No campo da formação acadêmica, identificamos que seis entrevistados possuem formação superior em Educação Física e os outros três possuem cursos de graduação em Ciências Sociais, Pedagogia e Geografia. Dentre os entrevistados graduados em Educação Física há, também, o percurso acadêmico na pós-graduação, sendo quatro sujeitos possuem a especialização e um deles o título de mestre.

Para o tratamento das informações, ou seja, os dados das entrevistas, estas pelo procedimento online via *WhatsApp*, utilizamos a análise de conteúdo. A análise de conteúdo fundamentou-se em Bardin (2009), que assinala três polos cronológicos que marcam fases distintas da análise. A primeira foi a pré-análise, fase da organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas teve por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.

A exploração do material foi a fase seguinte, caracterizada pela administração sistemática das decisões tomadas na fase anterior. Consistiu de operações de codificação, a transformação de dados brutos do texto que permitiu atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão. Por fim, a fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Nesta fase, os resultados brutos foram tratados de maneira a serem significativos e válidos, foram estabelecidos quadros de resultados, os quais condensam e põem em relevo informações fornecidas pela análise.

Deste modo, organizamos os dados das entrevistas em quadro analítico que nos permitiu um sistema categorial assentado na análise de conteúdo. Na análise dos saberes construídos pelos gestores, buscamos, nas falas, temas relevantes, valores e crenças presentes ou subentendidas nas narrativas. As categorias foram constituídas por duas formas, uma relacionada à classificação que os sujeitos constroem a partir da realidade para dar sentido à vida profissional e outra, elaborada pelos pesquisadores, à medida que desvenda o investigado. Baseadas neste constructo, foram elencadas as seguintes categorias: Saber-fazer, Saber-estar e Saber-ser. Tais categorias contribuem para entendermos como os gestores constroem os saberes necessários à atuação e os significados dados às experiências da vida prática.

O saber-fazer e o saber-estar são os saberes experienciais, ou saberes da prática. Esses saberes estão enraizados no processo de ensino e se desenvolvem num contexto de múltiplas interações que exigem improvisação e habilidade pessoal, bem como a capacidade de enfrentar situações mais ou menos variáveis. Lidar com este o saber-fazer e o saber-estar é um processo formador para o profissional que permite desenvolver o *habitus* (certas disposições adquiridas na e pela prática real). Para Tardif (2002), os *habitus* podem ser transformados num estilo de ensino, em 'mãeres' da profissão que se manifestam através de um saber-fazer e de um saber-ser pessoais e profissionais, validados pelo cotidiano do trabalho.

#### Análise de Dados

Como produto da aprendizagem dos sujeitos, o saber resulta da formação inicial, compreendendo esta como o processo formativo orientado pelo conhecimento científico, associada às experiências oriundas do convívio social, seja no ambiente de trabalho, familiar, escolar, entre outros. As relações estabelecidas entre os sujeitos, na diversidade de espaços sociais, possibilitam a ressignificação constante dos saberes. Desta maneira, a formação dos profissionais inicia-se antes do ingresso dos mesmos nos cursos de qualificação profissional e não possui prazo estabelecido para sua finalização.

Para compreender como se concretiza o processo de construção de saberes de profissionais que atuam no campo do lazer, é necessário considerar que a produção de conhecimento se manifesta no campo científico, via procedimentos racionais da ciência, e, no cotidiano do trabalho, por meio do conhecimento da ação do profissional. Portanto, consideramos que há conexões e aproximações entre os saberes que os profissionais do lazer obtêm nos espaços, momentos e experiências vivenciadas no seu cotidiano pessoal e profissional com os saberes curriculares e acadêmicos. Neste contexto, pensamos o saber como resultantes dos processos de aprendizagens dos sujeitos e, por isto, não se inicia e nem se esgota numa ou em outra experiência, seja na esfera da formação acadêmica, ou campo de atuação profissional, ou no âmbito do momento de convívio no cotidiano da família, ou no lazer.

Para identificarmos os saberes construídos pelos gestores do PBLC, não nos restringimos em analisar nas narrativas dos sujeitos o que conhecem ou como tomam conhecimento sobre algo, mas sim as propriedades, decisões, ações que ordenam do sujeito, da sua subjetividade. A partir deste olhar, o saber é compreendido como construção, invenção, inusitado, enfim, com o sentido

de busca pelo possível e o impossível, que permite aos sujeitos a capacidade de discernir, diferenciar, separar, de fazer escolhas, decidir, aceitar ou rejeitar, gostar ou não gostar, exercer o juízo sobre algo ou sobre uma situação (VEIGA-NETO; NOGUEIRA, 2010).

Identificamos nas narrativas dos gestores a valorização e contribuição do sistema de formação do PELC na construção de saberes. Os elementos estruturantes desta política pública e o lazer como direito social são aspectos relevantes que podem contribuir com a continuidade e qualificação das ações dos gestores em seus territórios.

Nós tivemos duas: Módulo introdutório, I e II. Estas formações são essenciais, por que **elas trazem informações relacionadas ao lazer, ao esporte. Elas trazem um norte para o nosso trabalho.** Um norte de direcionamento para entendermos as diretrizes do Programa e conseguir fazer as atividades de lazer enquanto uma política pública. Além do mais, as formações nos dão um norte ao nosso trabalho, na organização e nos ajudam no planejamento das atividades. (GESTOR 8) (*Grifo nosso*).

O principal é conhecer as diretrizes, e dentro da diretriz está sempre pesquisando opções novas. Esta sempre presente nas reuniões de formações aos sábados, sempre ligada. Por exemplo, **eu faço parte do Conselho Gestor do Programa, é aí que você ouve a ponta, que é para não se perder o que é o projeto.** Além das nossas pesquisas, eu me inscrevi no Programa a distância da UFMG (GESTOR

7) (*Grifo nosso*).

Estas narrativas corroboram com o apontamento de Marcellino (2003), que entende a formação como um dos componentes da política pública na área, um eixo das ações que impede a valorização somente da política de atividades. As narrativas indicam a relevância do eixo estruturante da formação presente nas diretrizes do programa na construção do saber-fazer necessário à gestão. Uma questão destacada nas falas abaixo aproxima do entendimento que o PELC deve superar a ideia de política de atividades. Esta superação da política de atividades exige que os profissionais conheçam o significado do serviço público, os valores que orientam a política geral de governo em que esta política está inserida e, ainda, compreendam a necessidade da articulação com outras políticas setoriais (MARCELLINO, 2003).

Entender a filosofia do programa é fundamental para que não acabemos fazendo o que já foi feito; sem trazer uma visão clara do que é de fato o lazer. Se fizemos sem isso em mente, as vezes fica o vento pelo o vento, a atividade pela atividade. [...] Incentivar e respeitar os pares, ter autonomia sobre as nossas ações promovendo assim, um trabalho democrático (GESTORA 1).

A minha ideia é formar um grupo gestor com a educação, com a saúde, com o centro de convivência do idoso. **A ideia é que esse grupo possa contribuir com as formações aqui no PELC, para discutir várias temáticas dentro da comunidade e com aquilo que o PELC já oferece.** (GESTOR 8) (*Grifo nosso*).

A convivência dos profissionais provocada pelos processos de formação do PELC foi apontado nas narrativas dos gestores como momentos importantes para a escuta as demandas da ponta, debates e possibilidades de formar grupos para fortalecer o programa como política pública. Segundo Moreira (1995), este momento de socialização do conhecimento contribui para o aperfeiçoamento das práticas de formação e para promover e legitimar o processo investigativo como um caminho para a compreensão da realidade, a resolução dos problemas.

Além disto, por meio desses encontros, os gestores constroem saberes sobre o esporte e o lazer que contribuem para o fortalecimento do trabalho no sentido de ampliar o entendimento e as possibilidades de intervenções profissionais a luz das diretrizes pautadas pelo programa.

**Então a formação ocorre 1x por semana onde o coordenador durante 4 horas formaliza, debate e analisa as práticas** [...] além de uma adaptação, em duas horas tema debate, um tema associado à relação socioeconômica, por exemplo, racismo, passamos documentário, a gente debate, [...] Então a gente vai tentando maior acesso de mulheres ao esporte, então sempre a gente faz um debate de temas universais (GESTOR 6) (*Grifo nosso*).

Ressaltamos que, o investimento no eixo da formação por parte dos gestores dos convênios contribui na solução dos problemas instrumentais da sua prática, pois estes profissionais do lazer se apropriam das situações observadas no cotidiano dos núcleos de esporte e lazer para aplicar o conhecimento na ação, buscando a unidade entre a teoria e a prática, mediante a aplicação de teoria científica ou de uma técnica.

A capacidade de relacionar a teoria com a prática, entendendo que esses elementos são indissociáveis, é um desafio enfrentado pelos profissionais que atuam com o esporte e o lazer. Neste sentido, a formação do PELC é uma ação importante na estrutura do programa em busca da superação da dicotomia teoria *versus* prática, que empobrece o campo de possibilidades de intervenções dos profissionais que atuam com o esporte e o lazer. Tsayama (2010) aponta que a teoria e a prática devem andar juntas e serem consideradas o núcleo articulador da formação de profissionais no campo do lazer, entendendo que o referencial teórico é tão fundamental quanto o referencial prático. Desta maneira, a vivência prática e a formação acadêmica devem entrelaçar-se de

forma a garantir os saberes necessários à atuação de um gestor da política pública.

A vivência nos dá toda a formação necessária, se a gente ficasse dependendo da universidade, a gente não vai estar preparado nunca. Então, todo dia que a gente passa no trabalho, na vivência com as crianças no lazer, no treinamento, sempre passa uma experiência nova. Cada dia vai ser um aprendizado novo, um aprendizado diferente, para a gente melhorar o conhecimento (GESTOR 8).

Outro ponto a ser considerado sobre as narrativas dos gestores é a forma como são produzidos os saberes nos processos de execução do Programa. Na fala da gestora é possível perceber o saber-fazer e saber-ser a partir do cotidiano de sua atuação comprometida com as demandas sociais requeridas pelo Programa.

Eu estou na ponta desse navio, eu trabalho muito com diretrizes. Eu também compartilho de toda concepção de efetivação comunitária, de inclusão que o programa propõe. Às vezes, tem a direção política, digamos assim, está um pouco mais distante de quem executa essa política na ponta. Isso, às vezes, dificulta até priorizar certas possibilidades de execuções. Você tem que demonstrar que aquilo é importante, vai lá no resultado. Então, você tem que fazer, há todo tempo, esse movimento de fortalecer a execução para dizer que aquilo faz diferença até mesmo para a aprovação de um prefeito. (GESTORA 4).

Este modo de olhar e pensar dos gestores sobre os processos de intervenção nos permite pensar que os conceitos estruturantes, os conteúdos e as estratégias de ação do PELC estão em diálogo com a realidade daqueles que acessam esta política. Esse diálogo caminha na trilha do fortalecimento dos processos formativos, visto que as formações presenciais contribuem para o entendimento das diretrizes. Ademais, a análise da realidade, a participação popular, a valorização da cultura local e o trabalho coletivo promovem, junto à comunidade envolvida no processo, “o reconhecimento da legitimidade e do valor da investigação reflexiva como forma de pesquisa” (MORRIRA, 1995, p.18) e descoberta de outros saberes ou mesmo ampliar o olhar a respeito de um saber já construído.

No contexto da atuação da política pública, o saber-fazer se constitui, também, pelas barreiras observadas pelos gestores ao longo dos processos de execução. Destacamos as falas que apresentam situações de desafios da gestão dos convênios.

No início, nós tivemos muitas dificuldades. Vou pontuar três questões aqui: O primeiro foi o fato do convênio ter se firmado em 2014 e só ter sido iniciado agora

(2018) [...] O segundo ponto é fato do pessoal que participou da elaboração do projeto de convênio já não está mais na secretaria. Nós que assumimos, ficamos bastante perdidos. Por mais que a gente lesse todo o convênio, os projetos e a proposta, muitas coisas ficou com uma lacuna muito grande para nós. Não tínhamos ninguém que pudesse nos explicar o porque da escolha daquele bairros; se existem outros com mais necessidades. [...] O terceiro ponto é que, quando assumimos de fato era um governo diferente, que estava começando. Existia aquela fala do: “estou no momento de artumar a casa”. As prioridades não eram para o nosso trabalho, existiam outras prioridades (GESTORA 1).

A maior dificuldade que temos hoje em meu núcleo, particularmente, é a violação. Nosso núcleo tem constante troca de titos, é muito próximo a uma área de conflito. Então, muitas vezes, a gente perde muitos alunos por essas situações bem desagradáveis. E a gente não pode fazer com que os agentes comuns, nem os alunos, muitas vezes temos que suspender as atividades, não por vontade própria, mas por segurança. Então, esse é o maior fator limitador que temos aqui, é muito complicado, nosso núcleo especificamente em relação a isso, atrapalha muito. (GESTOR 9).

Estas dificuldades enfrentadas no cotidiano da gestão de esporte e lazer são de várias ordens. Entre elas, verificamos o problema do gestor que assume um programa pleiteado por outra gestão. Na experiência retratada pelo gestor 1, não ocorreu processos de transição, situação que emperra os processos de implementação do Programa. Um exemplo, a contratação e formação de pessoal pode contribuir para a dificuldade na aproximação e apropriação das diretrizes da política que, por vezes, acontece durante os processos de execução das ações nos núcleos. Estes aspectos da gestão pública afetam a implementação e são potencializados pelos problemas sociais e de segurança que atingem os territórios onde alguns núcleos funcionam e tornam-se temática necessárias para a gestor público e sua atuação.

Para Ungheiri (2014, p.100), os saberes da atuação profissional em políticas públicas de lazer “se traduzem no domínio de conhecimentos sobre determinado tema, findando-se, assim, nos conteúdos relacionados a ele. A utilização destes conteúdos na solução de problemas se traduz nas competências profissionais”. Em relação às estratégias de intervenção, Santos (2013) destaca a necessidade de mobilizar táticas cujos saberes são (re)construídos no cotidiano considerando os saberes experenciados e (re)significados pelos agentes sociais que atendem o público do programa.

Ao reconhecer que esses saberes específicos sobre a política pública foram construídos no PELC, fica evidente que o programa também possui a preocupação com a formação técnica-operacional em consonância com as

teorias do lazer e pedagógicas – prática reflexiva, no plano cultural, a fim de estabelecer um caminho para resolver os problemas identificados e alcançar objetivos desejados e o diálogo com a realidade.

Partindo desta premissa, é possível perceber nas falas dos gestores que os processos de formação e atuação com o programa ampliou a concepção do esporte e o lazer enquanto um direito social.

[...] você traz como eixo norteador a **democratização do esporte e lazer, e pensando nessas ações como direito social**, qual a leitura que você faz do seu contexto aí, da sua comunidade, outra pra isso. Nesse campo nosso é difícil perceber, ainda mais sendo alguém que não tem uma trajetória de formação na educação física, fazer uma leitura assim, do direito ao esporte, direito ao lazer, qual a leitura que faz da sua comunidade, dos grupos os quais atua (GESTOR 6) (*Grifo nosso*).

Olha, a primeira ligação é a temática do lazer enquanto um direito social, que é o que o programa trata nas suas diretrizes, é novidade na minha atuação e enquanto uma concepção na política do esporte e do estudo aqui mesmo. Eu me lembro em um certo momento da formação dos nossos gestores, a questão de como cada um vê o lazer foi um tema de nossas oficinas. Aquela coisa do lazer é algo que você faz quando você está à toa, no seu tempo livre, e a partir dessa informação, eu mudei as diretrizes do programa, mudando essa concepção do lazer para uma diretriz de políticas de relação direta com o envelhecimento saudável e a promoção da saúde, que é a visão que a gente passou a adotar nas oficinas. (GESTORA 4) (*Grifo nosso*).

Os gestores apresentam em suas falas a ideia da efetivação e a democratização do esporte e do lazer enquanto direitos sociais. Esta perspectiva de atuação possibilita reconhecer a importância destas vivências culturais para a formação das pessoas e o exercício da cidadania. É importante destacar que os direitos sociais são de difícil definição, pois eles estão relacionados com a qualidade de vida das pessoas. Sendo assim, pessoas de uma mesma região, cidade ou comunidade possuem diferentes necessidades para uma vida com dignidade. Neste sentido, “a medida do que proporciona uma qualidade de vida mínima que todos devem possuir não é consensual, além de poder variar em épocas e em regiões diferentes” (PINTO, SILVA, 2014, p.7).

Portém, entendemos que o acesso ao esporte e ao lazer colabora para reduzir os excessos de desigualdade gerados pela sociedade de mercado e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A atuação dos gestores nesta perspectiva, principalmente com as classes economicamente menos favorecidas, contribui para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os sentidos do esporte e do lazer vivenciados no Programa possibilitam uma diversidade de atividades para atender as demandas das crianças, adolescentes, adultos e idosos. A experiência dos profissionais com o cotidiano do trabalho possibilita a (re)construção dos saberes no âmbito do esporte e do lazer ressignificando, assim, o saber-ser e saber-fazer.

Então, eu vejo o lazer não como uma atividade principal de gente de tempo livre, eu vejo ele como uma forma de melhorar a qualidade de vida. Isso é realmente uma inovação na política que, realmente, tem trazido resultados (GESTORA 4).

Podemos mapear essas questões socioeconômica, questões de violência, questões familiares, e através do esporte, a gente tentar atenuar na verdade esses problemas. Em um primeiro momento, mas existem outros problemas estruturais que já é uma questão mais ampla. É uma questão de infraestrutura da prefeitura, participação maior da prefeitura, são outras questões que a gente parte uma ação, uma microação nessa gestão do FELC (GESTOR 6).

O esporte e o lazer podem ser tratados enquanto espaço de liberdade que possibilita posicionamentos cidadãos e políticos, sem perder sua essência: a busca pelo prazer. Gutierrez (2001) também relaciona a busca pelo prazer como característica central do lazer. Para o autor, a definição de lazer ainda está associada à atividade não obrigatória de busca pessoal do prazer no tempo livre. Cheibub (2004) aponta que o lazer pode ser considerado como um dos poucos momentos em que o indivíduo exerce o direito de escolha.

A partir destes entendimentos, concordamos com Ungheci (2014) quando diz que os profissionais que atuam na gestão destas políticas públicas para a área devem possuir saberes específicos sobre esporte e lazer, como também, as características do público a ser beneficiado por essas políticas com o objetivo de aproxima-las das demandas da sociedade permitindo, desta forma, o domínio de conhecimentos sobre determinado tema que podem ser utilizados para solucionar problemas.

Gestir a política pública neste viés é um avanço, mas entendemos que ainda se faz necessário articular o saber ao poder e vice-versa, envolvendo todos os sujeitos da política pública no processo de construção e reconstrução, de troca e reflexão entre a teoria e a prática com o propósito de olhar, compreender e intervir na realidade considerando-a como multicultural e interdisciplinar.

Os gestores do FELC, sujeitos deste estudo, são profissionais que atuam na política pública de esporte e lazer e podem contribuir com este processo de aproximação e articulação das ações desenvolvidas pelo Programa. A concepção de sociedade, a compreensão e o domínio dos elementos

junto aos convênios. Além disto, este estudo abre possibilidades para que gestores do PBLIC possam refletir e repensar as ações de formação desenvolvidas no interior do Programa, seja no que se refere ao eixo de formação de agentes sociais ou no âmbito da seleção e formação dos próprios sujeitos desta pesquisa.

### Considerações finais

estruturantes do Programa e da realidade onde atua, o comprometimento e o compromisso político desse formador constituem-se como aspectos fundamentais para que a sua intervenção possa ser disseminada como saber e poder.

○ que os gestores experimentaram na sua trajetória, desde a sua infância até o que produzem e experimentam nas diversas esferas na atualidade, reflitem no seu modo de ser, estar, agir e conduzir. Revelam nestas esferas que, arraiçadas pelas subjetividades, sentidos e significados que os marcam, também os permitem estabelecer a relação entre o saber e o poder 'nos' e 'com' os grupos onde convivem e atuam.

As diversidades de saberes são reconhecidas pelos pesquisadores como elementos pertencentes à formação e à atuação profissional, sendo necessários para as ações realizadas nas dimensões educadas. Tanto o ambiente de trabalho dos docentes como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PBLIC), são espaços em que as atuações dos profissionais estabelecem relação com a dinâmica educativa. Assim, as tipologias da construção dos saberes docentes podem também permear o repertório dos saberes dos profissionais que atuam com esporte e lazer.

Desta maneira, trazendo esta dinâmica para o contexto da prática profissional do PBLIC, entendemos que os saberes constituintes da formação inicial dos gestores, além de serem mobilizados para atuação profissional, são recontextualizados em função da necessidade dos sujeitos. São, também, construídos no cotidiano, a partir da cultural local, das trocas estabelecidas pelo coletivo social onde se insere o Programa e das experiências adquiridas pelo saber-fazer, saber-estar e saber-ser.

○ processo de formação profissional é contínuo e se expressa por meio da apropriação de saberes que estabelecem uma interação com a formação inicial e com o contexto da prática profissional e social. Partindo desta premissa, podemos dizer que os saberes são constituídos de acordo com as relações estabelecidas entre os sujeitos, com os espaços e, ainda, com contribuições da trajetória formada percorrida pelos profissionais.

Ao identificar estes saberes constituídos na trajetória dos formadores, vislumbramos a possibilidade que os processos formativos dos gestores sejam compreendidos e reelaborados de maneira reflexiva na realidade das ações, interferindo no planejamento, desenvolvimento, execução e acompanhamento

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.
- BRASIL. *Manual de orientação do Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer - Ministério do Esporte, 2004.
- CHEIBUB, B. L. As contribuições da produção científica para o entendimento do lazer como direito social. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). *O direito social ao lazer no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2015. p.201-227.
- GUTIERREZ, G. L. *Lazer e prazer*: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas: Autores Associados, 2001.
- ISAYAMA, H. F. *Formação Profissional no Âmbito do Lazer: Desafios e Perspectivas*. In: ISAYAMA, H. F. (Org.). *Lazer em Estudo: currículo e formação profissional. Lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.
- MOREIRA, A. F. O currículo como política cultural e a formação docente. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Orgs.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PINTO, L. M. S. M.; SILVA, L. P. Gestão participativa do programa esporte e lazer da cidade - PELC. *Curso de formação em políticas sociais*. PELC e Vida Saudável, 2014.
- SANTOS, S. A. *Intervenção no lazer na política de segurança pública: a construção de saberes de educadores no Programa Fica Vivo!*. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Lazer) Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2013. 144p.
- TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. *Educação & Sociedade*. [online]. 2000, v.21, n.73, p.209-244.
- TARDIF, M. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- UNGHERI, B. O. *A atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer: saberes e competências*. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- VEIGA-NETO, A.; NOGUEIRA, C. Conhecimento e saber: alguns apontamentos para os estudos de currículo. In: SANTOS, L. L. C. P. *et al*. (Orgs.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.67-87.
- VEIRA, L. H. S. *et al*. *Estudos sobre a gestão do programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

- Helder Ferreira Isayama**  
 Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Brasil) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG/Brasil. Doutor em Educação Física pela Unicamp. Líder do Orçolê – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. Editor da Revista *Licere*.  
 E-mail: helderisayama@yahoo.com.br
- Marcília de Sousa Silva**  
 Docente do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV/FLDRES-TAL/Brasil) e Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG/Brasil. Doutora em Estudos do Lazer pela UFMG. Vice Líder do Orçolê – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG.  
 E-mail: marciliasousasilva@yahoo.com.br
- André Henrique Capi**  
 Doutor em Estudos do Lazer – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil. Professor na Universidade Paulista (UNIP) e Universidade de Araraquara (UNIARA). Doutor em Estudos do Lazer pela UFMG. Integrante do Orçolê – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG.  
 E-mail: andrechacapi@gmail.com
- Luciene de Alencar das Dores**  
 Gerente da Escola Integrada da Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (SMED/PBH). Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG. Integrante do Orçolê – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG.  
 E-mail: luciene.pelc@gmail.com
- Rita Maria Peloso Grasso**  
 Professora de Educação Física da Rede Estadual de Ensino. Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG. Integrante do Orçolê – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG.  
 E-mail: ritapeloso13@gmail.com